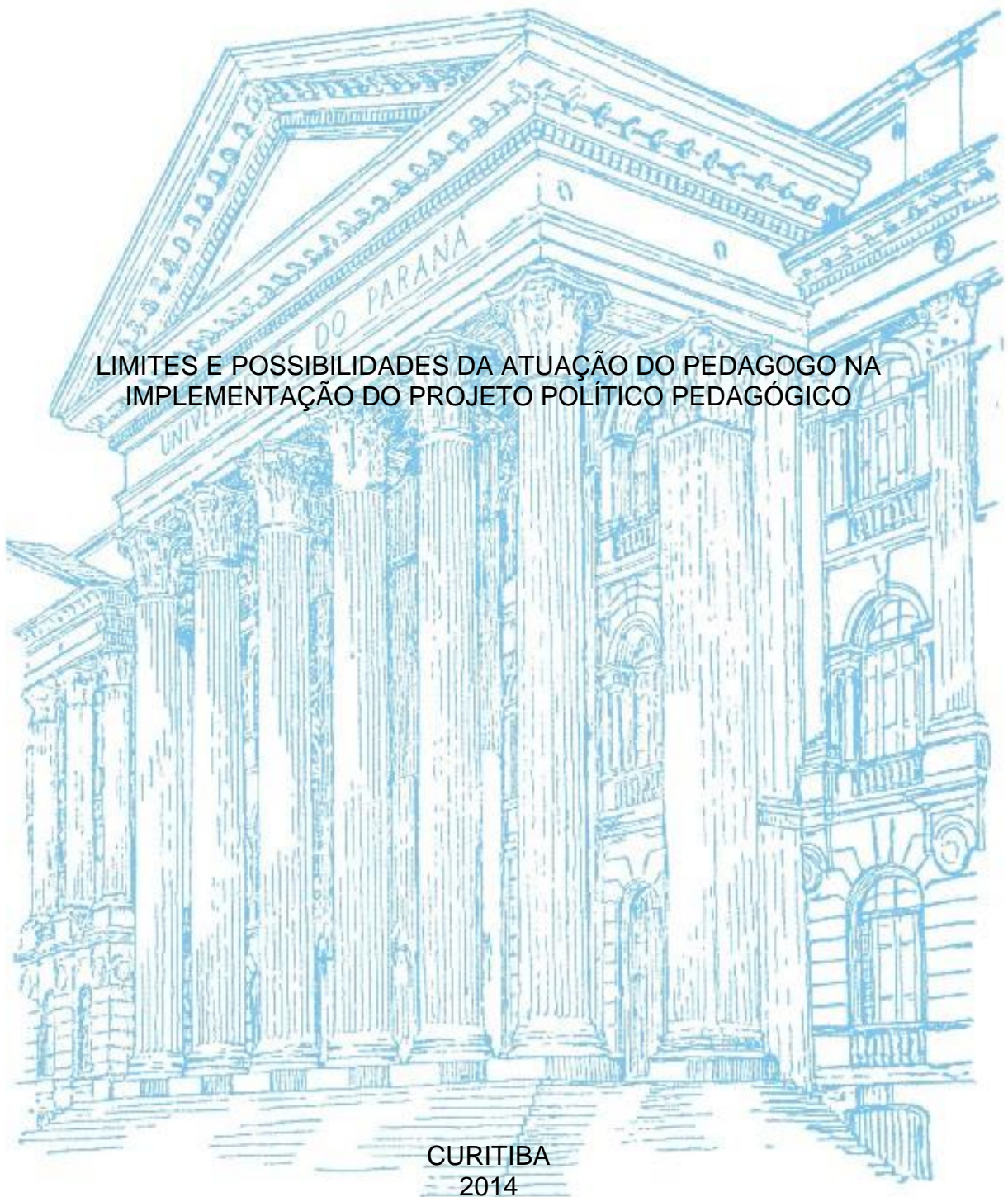


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

IONE BARTH

LIMITES E POSSIBILIDADES DA ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA  
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



CURITIBA  
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

IONE BARTH



LIMITES E POSSIBILIDADES DA ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA  
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Prof. Ms. Mariana F. Taques

CURITIBA  
2014

## LIMITES E POSSIBILIDADES DA ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

BARTH, Ione\*

### RESUMO

O artigo explora a importância do pedagogo escolar na implementação do Projeto Político Pedagógico, enfocando os limites e possibilidades na realização de um P.P.P. teórico-prático, visto que a transformação em realidade dos conhecimentos e das intencionalidades presentes no Projeto Político Pedagógico processa-se na práxis educativa. Para isso, realizou-se uma pesquisa de caráter bibliográfico a fim de promover uma reflexão e, um trabalho de campo, em uma abordagem qualitativa, utilizando questionários com perguntas abertas e fechadas, analisando as respostas, à luz dos principais teóricos pesquisados Libâneo (1996 e 1999), Saviani (1985) e Gadotti (2004), que tratam da temática. Os sujeitos da pesquisa foram pedagogos atuantes nas escolas estaduais do município de Santa Izabel do Oeste. Os dados coletados apontaram as diversas problemáticas enfrentadas pelo pedagogo na implementação do Projeto Político Pedagógico. Conclui-se que caberá ao mesmo articular os encaminhamentos necessários para a organização do trabalho pedagógico, deixando claro seu papel na escola, visando à efetiva implementação do P.P.P., que é o grande desafio do pedagogo no âmbito da ação coletiva. À luz de uma concepção de educação transformadora, o pedagogo tem uma função de extrema relevância, agindo em todos os espaços de contradição para a transformação da prática escolar.

Palavras-chave: Pedagogo, Projeto Político Pedagógico, implementação.

---

\*Artigo produzido pela aluna Ione Barth, do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da Prof. Ms. Mariana F. Taques. E-mail: [ionebarth@seed.pr.gov.br](mailto:ionebarth@seed.pr.gov.br) ou [ionebarth@outlook.com](mailto:ionebarth@outlook.com)

## 1. Introdução

O presente artigo focaliza a importância do pedagogo escolar na implementação do Projeto Político Pedagógico (P.P.P.), visto ser o principal instrumento que a escola possui para a organização do seu trabalho. Justifica-se a pertinência do tema por compreender que o pedagogo torna-se uma figura importantíssima no processo de sensibilização, implementação e acompanhamento do P.P.P. da escola.

O pedagogo é um dos sujeitos do processo educativo, considerado o mediador e gestor pedagógico da escola, que na implementação do Projeto Político Pedagógico encontra desafios consideráveis. Neste sentido, questiona-se as seguintes incógnitas: Qual o papel do pedagogo na implementação coletiva do Projeto Político Pedagógico? Quais são as possibilidades e os limites para a realização de um P.P.P. teórico-prático?

Estas interrogações motivaram ideias de reflexão analítica pressupondo que, a ação prioritária do pedagogo deve ser a implementação do Projeto Político Pedagógico, de forma coletiva, conjugando teoria e prática, visando à melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

A escola é o espaço privilegiado de reprodução do *status quo*, reforçando as desigualdades sociais. No entanto, contraditoriamente, pressupõe-se que ela pode constituir-se em espaço de emancipação do homem, a partir de um processo de implementação coletiva do Projeto Político Pedagógico, que é um projeto de escola e, conseqüentemente, de sociedade. Para que isso aconteça acredita-se na importância do pedagogo neste processo, procurando mobilizar os profissionais, visando uma atuação constante na busca desses propósitos.

Para a efetivação do presente trabalho, no primeiro momento pretende-se apresentar uma discussão sobre o papel do pedagogo na implementação do Projeto Político Pedagógico, enfocando a importância do mesmo nesse processo. No segundo momento, apresenta-se o espaço da pesquisa, realizando-se a análise e a interpretação de dados coletados sobre a visão de pedagogos de escolas da rede estadual de ensino, localizadas no município de Santa Izabel do Oeste, sobre sua atuação na implementação do P.P.P. Por fim, apresenta-se as considerações finais sobre o assunto em questão e os limites e possibilidades de atuação do pedagogo na efetivação do P.P.P. teórico-prático, tendo como meta a qualidade do processo

de ensino e aprendizagem, através da consolidação dos objetivos definidos no mesmo.

## **2. O Papel do Pedagogo na Implementação do Projeto Político Pedagógico**

A consolidação da educação básica é um direito de todos os cidadãos. Portanto, além de garantir as condições de acesso e permanência dos alunos na escola é preciso construir um Projeto Político Pedagógico de educação de qualidade, comprometido com as múltiplas necessidades sociais e culturais da população.

O Projeto Político Pedagógico, antes de ser um instrumento legalmente constituído como parte dos documentos obrigatórios das escolas, é um espaço de reflexão sobre o papel social da educação em geral e de uma dada instituição escolar em particular. É o momento em que serão colocados em pauta os propósitos a serem atingidos, no sentido de delinear os caminhos que poderão ser percorridos pelo coletivo da escola, sustentados por conceitos formulados a partir de indagações como: Que tipo de educação? Para quem? Visando o quê?

O P.P.P. é um documento que reforça o trabalho integrado e organizado da equipe escolar, enaltecendo a sua função primordial de coordenar a ação educativa da escola, para que ela atinja o seu objetivo político pedagógico. Considerado como o eixo central da organização do trabalho na escola, o Projeto Político Pedagógico deve articular os aspectos administrativos aos aspectos pedagógicos e ao objetivo da escola, assegurando a unidade teórica e metodológica no trabalho didático e pedagógico, a unidade na organização do trabalho escolar e a coerência entre o planejado e o executado nas práticas escolares. Trata-se de um desafio ao mesmo tempo político e pedagógico, em que a escola é convidada a enfrentar suas próprias contradições.

O papel do pedagogo como mediador desse processo de implementação do Projeto Político Pedagógico torna-se necessário para o desempenho da escola e suas finalidades, visto a dinamicidade das relações educativas, pois subsidia as práticas nela desenvolvidas de maneira fundamentada.

Faz-se necessário um claro entendimento, por todos os que trabalham com a formação desse profissional, da sua importância como mediador e gestor de práticas comprometidas com a coletividade e com a democratização de todos os espaços de atuação do mesmo [...] (SILVA; LEITE, 2010, p. 8)

Para Martins (s.d) o pedagogo é considerado o mediador do trabalho pedagógico da escola, pois [...] responde pela mediação, organização, integração e articulação do trabalho pedagógico, garantindo a Gestão Democrática como princípio. (MARTINS, s.d, p. 2). Pressupõe-se, neste contexto, que o pedagogo tem como responsabilidade propiciar momentos planejados que visem contemplar a participação dos membros escolares, em prol de uma educação coerente. Sendo assim, entende-se que a implementação do Projeto Político Pedagógico é um desses momentos planejados, que deve ser visto como meio de reflexão sobre as intencionalidades da escola, razão que passa a requerer uma explicação do papel social que essa escola pretende exercer junto à comunidade.

Silva e Leite (2010) esclarecem que o pedagogo é uma figura importante na mediação das práticas escolares, conscientizando os segmentos da funcionalidade de um trabalho coletivo, com participação efetiva da comunidade escolar. E o P.P.P. pode ser entendido “como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar” (Vasconcellos, 2000, p.169).

Neste sentido, o cerne do trabalho do pedagogo escolar é justamente a coordenação do trabalho pedagógico, que é o núcleo das atividades escolares. Este, como conjunto das práticas educativas da escola, consubstancia-se no Projeto Político Pedagógico. Portanto, o pedagogo escolar atua como profissional estratégico na implementação e articulação do Projeto Político Pedagógico da instituição, no campo pedagógico.

O pedagogo escolar, conforme Saviani (1985, p. 28) é “aquele que domina sintética e intencionalmente as formas de organização dos processos de formação cultural que se dão no interior das escolas”. O pedagogo é (como diria Gramsci) o *intelectual orgânico* das massas, um profissional que compreende a natureza do trabalho coletivo na escola e que percebe a necessidade de pensar a educação neste processo de contradição: contrahegemônico, que toma por base as condições concretas e articula a educação às relações sociais democráticas e emancipadoras. (GRAMSCI, apud GADOTTI, 2004).

É um profissional que pensa o papel da escola historicamente e que media as relações pedagógicas: professor, aluno, metodologia, processo de avaliação, organização curricular e processo de ensino e aprendizagem. O faz, contudo, à luz

de uma concepção de educação voltada a um projeto de sociedade não excludente, não alienador, mas sim um projeto de educação coletivo, democrático e comprometido com o acesso das classes populares ao conhecimento sistematizado. (GRAMSCI, apud GADOTTI, 2004).

Deste modo, sendo o profissional da e para a práxis educativa, o pedagogo é o mediador das ações educativas, tendo como suporte o trabalho pedagógico fomentado por uma atuação efetiva. Portanto, a atuação comprometida do pedagogo auxilia a organização de práticas direcionadas ao cumprimento de uma proposta humanizadora de educação.

O pedagogo é compreendido como o profissional que organiza o trabalho pedagógico na e da escola, garantindo a unidade de concepção entre as diversas áreas do conhecimento, respeitando as suas especificidades. Contribui para possibilitar condições e situações para que a comunidade escolar reflita sobre os princípios e finalidades da educação e da escola pública, definidos no Projeto Político Pedagógico.

Portanto, o pedagogo é o articulador do Projeto Político Pedagógico da escola no campo pedagógico, organizando a reflexão, a participação e os meios para a sua concretização, de tal forma que a escola possa cumprir sua tarefa de propiciar que todos aprendam e se desenvolvam como seres humanos plenos, partindo do pressuposto de que todos têm direito e são capazes de aprender.

## **2.1 O Pedagogo ao Longo do Tempo - Aspectos Históricos e Conceituais**

Historicamente, o papel do pedagogo foi definido pela lógica economicista. Enquanto na fábrica o trabalho fragmentado do modelo de produção taylorista exigia um rigoroso controle de tempos e ritmos marcados pelo supervisor de fábrica, na escola este mesmo perfil de trabalho era exigido e controlado pelo supervisor escolar.

O modelo fabril acabou refletindo na escola a figura do pedagogo especialista, traduzido pela lógica do supervisor e orientador escolar. Esta visão dualizou não somente o papel do pedagogo como o próprio processo de ensino e aprendizagem. Neste sentido, fragmentou a relação professor e aluno, “psicologizou” as relações e burocratizou os processos pedagógicos. Segundo FRANCO (2001) o papel burocrático do pedagogo subestimou os valores educativos, apequenou e

alterou a identidade da Pedagogia; fazendo-a distanciar-se do seu ideal político transformador. Seu papel, dessa forma, passa a ser apenas o de racionalizar ações, qualificando a eficiência do ensino, na perspectiva instrumental.

O papel do pedagogo foi fortemente valorizado pelas práticas tecnicistas, que colocavam no mesmo a figura do burocrata da educação. Facilmente essa função era assumida por professores de outras áreas que se incumbiam de uma tarefa essencialmente funcionalista: em nome do controle dos processos do horário, do livro ponto e dos livros registros de classe acabava secundarizando a função de acompanhamento da Organização do Trabalho Pedagógico e cada vez mais afastando-se do professor.

Esse ranço ainda é bastante presente nas escolas e os equívocos em relação às suas atribuições, ocasionados pela história recente tem deslocado o foco de seu trabalho, descaracterizando sua função e secundarizando o sentido do pedagógico. Desse modo, muitas vezes, ainda hoje, é compreendido como burocrata, disciplinador de alunos, fiscalizador de professores e profissional multitarefa. Estes determinantes e condicionantes têm merecido atenção por parte das políticas públicas que objetivam a transformação social voltada para os princípios da democracia e, por conseguinte, para a superação das desigualdades sociais.

Diante desse quadro, o pedagogo tem como desafio constituir sua identidade profissional como intelectual orgânico das massas, ou seja, um profissional comprometido com a promoção do acesso à educação aos trabalhadores.

Do ponto de vista da educação progressista, a função primeira do pedagogo é a de educador. E nessa perspectiva, necessário se faz que o mesmo seja um profissional voltado às questões sociopolíticas da educação. Para tal, propõe estratégias para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

O pedagogo comprometido com o trabalho coletivo sente necessidade de uma visão do todo escolar e da sua relação com o contexto. É aquele que “procura a ‘visão sobre’, no interesse da função coordenadora e articuladora de ações. É também quem estimula oportunidades de discussão coletiva, crítica e contextualizada do trabalho”. (RANGEL, 1997, p. 147). Portanto, o pedagogo não deve se limitar ao controle ou ao repasse de técnicas aos professores, mas, no sentido de oferecer-lhes assessoramento teórico-metodológico diante dos

problemas, criando momentos de reflexão teórica e prática, com o respaldo da fundamentação teórica e uma visão do ato de ensinar e de aprender articulados.

O pedagogo é responsável em atuar com os educadores, promovendo reflexão, no sentido da construção de uma competência coletiva, prestando assistência didático-pedagógica constante.

A atuação do pedagogo escolar é imprescindível na ajuda aos professores no aprimoramento do seu desempenho na sala de aula (conteúdos, métodos, técnicas, formas de organização da classe), na análise e compreensão das situações de ensino com base nos conhecimentos teóricos, ou seja, na vinculação entre as áreas do conhecimento pedagógico e o trabalho de sala de aula. (*LIBÂNEO, 1996, p. 127*)

Neste sentido, o pedagogo tem um papel político, pedagógico e de liderança no espaço escolar, devendo ser inovador, criativo e comprometido com o seu grupo de trabalho. Deve ser o articulador do fazer pedagógico da e na escola, pois cabe ao mesmo tornar conhecidos, pelo coletivo escolar, os princípios e finalidades da educação, definidos no Projeto Político Pedagógico.

O pedagogo é, portanto, o mediador na interação com professores e alunos que deve observar e "captar" os problemas para que, no coletivo, possam ser pensadas as ações que conduzam aos caminhos para solucionar os mesmos.

### **3. Limites e Possibilidades da Atuação do Pedagogo na Implementação do P.P.P.**

A pesquisa de campo foi realizada através da abordagem qualitativa, utilizando questionários, com perguntas abertas e fechadas. O trabalho foi desenvolvido com cinco pedagogos, da rede estadual de ensino, do município de Santa Izabel do Oeste, visando refletir sobre o papel dos mesmos na implementação do Projeto Político Pedagógico e, verificando os limites e possibilidades dessa atuação na práxis educativa.

Após a coleta de dados, constatou-se através dos questionários analisados que, as atribuições do pedagogo escolar estão limitadas devido ao tempo, pessoas e a política de porte da escola - implementada pela mantenedora Secretaria de Estado da Educação, a qual define a quantidade de funcionários e pedagogos, de acordo com o número de alunos matriculados, não considerando a realidade em que a escola está inserida. Assim, entende-se que as dificuldades que o pedagogo

encontra para realizar suas atividades são muitas e a sua função delimitada, pois o pedagogo é “atropelado pelas urgências e necessidades do cotidiano escolar” (GARRIDO, 2007, p. 11).

Para Garrido (2007) a tarefa do pedagogo é difícil, pois não há receitas prontas, mas é necessário mudar práticas que vão além da tarefa técnica de implementação de novas propostas. Para a autora é necessário reconhecer limites no próprio trabalho, alterar valores da identidade profissional, enfrentar conflitos na comunidade escolar e empreender mudanças na escola.

É necessário que no dia-a-dia, o pedagogo administre seu tempo para cumprir tarefas e efetivar a implementação do Projeto Político Pedagógico, onde “os saberes oriundos da experiência do trabalho cotidiano” são importantes e “utilizar bem o tempo, distribuí-lo de forma que ele não seja consumido pelas urgências é também um saber que se aperfeiçoa na experiência” (ANDRÉ e VIEIRA, 2007, p. 20). De acordo com os autores, quando o pedagogo “para, pensa, planeja, organiza e redimensiona as próprias ações” na organização das rotinas, estará cuidando da sua própria formação, reservando tempo para ler, criticar a prática cotidiana e rever as intenções. (id., 2007).

No entanto, questiona-se: pode o pedagogo, na atual circunstância ler a sua própria experiência e analisar suas intenções, se na maioria das vezes está envolvido com ações burocráticas, as quais podem ser executadas por um assistente administrativo da escola? Que experiência o pedagogo tem em sua real função de transformar a realidade social? A organização do trabalho pedagógico, “não permite” que o pedagogo consiga dar o suporte necessário ao trabalho docente, tendo em vista os inúmeros projetos, eventos e relatórios que, acontecem sempre a toque de caixa e recaem sobre o mesmo. Tudo isto descaracteriza a ação do pedagogo, que se desdobra para atender as exigências impostas por instâncias superiores, interferindo consideravelmente na implementação do Projeto Político Pedagógico.

Nota-se que a função do pedagogo nas escolas públicas está desarticulada com a concepção de educação transformadora, pois muitas vezes passa a fazer às vezes de menino de recados, atendente de problemas disciplinares, substituto de professores, causando uma série de atividades paralelas que impossibilitam o trabalho pedagógico, o qual está preparado, pelo menos teoricamente, para realizar.

Estas práticas são observadas na análise da coleta de dados, cujo tema foi “Limites e Possibilidades da Atuação do Pedagogo na Implementação do Projeto Político Pedagógico”, o que pode ser constatado pelos depoimentos dos pedagogos participantes, quando questionados da sua principal atribuição na unidade escolar.

(...) Enquanto não tomarmos consciência da necessidade de dizer "não" para as ações infundadas que ao longo dos tempos a comunidade escolar atribuiu aos pedagogos como: bombeiro e ainda, que essa tarefa de assumir, a nossa real função é só nossa e de mais ninguém, vamos continuar "patinando" no mesmo lugar, sem uma educação de qualidade para todos. (PEDAGOGA A)

Percebe-se em todos os questionários analisados, quando indagados sobre a importância do acompanhamento da implementação do P.P.P., a angústia dos pedagogos na ânsia de desempenhar suas funções de mediador desse processo, as quais são prejudicadas pelo fato do mesmo assumir ações de cunho administrativo.

Verificou-se, quando questionados sobre as causas e entraves que dificultam a realização do um P.P.P. teórico-prático, a fragilidade na compressão do próprio pedagogo sobre sua função, demonstrando dificuldades de coordenar as ações a ele atribuídas, que refletem na implementação do Projeto Político Pedagógico. LIBÂNEO (1999, p. 245) coloca que “[...] a questão mais relevante, todavia, é o esvaziamento dos estudos sistemáticos de educação e a descaracterização profissional do pedagogo”.

Ainda observou-se que, as respostas a essa questão são um “pedido de socorro” pela cobrança de inúmeras solicitações na escola. Não conseguem colocar-se com autoridade, inclusive, nas reuniões pedagógicas, momento oportuno para refletir a prática pedagógica desenvolvida e esclarecer sobre o P.P.P., que alguns professores demonstram não ter envolvimento, acreditando ser o pedagogo o único responsável em cumpri-lo.

Para mudar isso, é preciso definir a especificidade e natureza do trabalho pedagógico, distinguindo a competência das funções de cada membro, de forma que cada integrante assuma com responsabilidade suas ações, vinculando-as a um resultado que contribua para uma formação de qualidade. Mudanças e inovações no ensino exigem uma reflexão crítica sobre o valor educativo que apresentam, pautada nas transformações sociais desejadas.

Para o enfrentamento das ações que impedem o fazer pedagógico e a implementação do P.P.P. é preciso que a compreensão do papel do pedagogo seja

condição de todo o coletivo escolar e em primeiro plano do próprio pedagogo, uma vez que sua função precípua, muitas vezes, fica imiscuída pelo fazer diário. Assim, sua função não pode ser tomada por essas ocorrências. O pedagogo deve ser visto em uma multidimensão: social, política, humana e cultural, mas isso jamais implica numa plurifunção.

Faz-se necessário que os pedagogos ocupem no Sistema Educacional um espaço de articulação entre a condução da política educacional e as instituições escolares, auxiliando na implementação das propostas pedagógicas, facilitando o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, visando a melhoria da qualidade da educação como um todo.

A sua atuação deve estar voltada para promover a integração dos profissionais da educação, verificando as facilidades e dificuldades encontradas pelos mesmos, incentivando a formação em serviço. Embora não deva negligenciar as relações mais pontuais, ao pedagogo não cabe abarcar para si todas as situações diárias que venham inviabilizar a sua função precípua de escola hoje, situada no contorno social, econômico e político.

Fazer pedagogia é fazer prática teórica por excelência. É descobrir e elaborar instrumentos de ação social. Nela se realiza de forma essencial, a unidade entre teoria e prática. (...) O pedagogo é aquele que não fica indiferente, neutro, diante da realidade. Procura intervir e aprender com a realidade em processo. O conflito, por isso, está na base de toda a pedagogia. Percebe-se aqui o pedagogo como articulador do trabalho coletivo da escola, articula a concepção da escola às relações e determinações políticas, sociais, culturais e históricas. (GADOTTI, 2004, p.34)

Portanto, pedagogo “faz tudo” acaba não fazendo nada, se envolve com funções que, a priori, devem ser discutidas no coletivo: questões disciplinares, faltas de professores, entre outros. Questões estas que não seriam tão marcantes caso o papel da escola hoje fosse entendido como compromisso social e político de todos.

Toda teoria toma vida na ação educativa ao se reportar ao princípio da prática e, neste sentido, cabe ao pedagogo selecionar elementos teóricos necessários ao encaminhamento de suas ações.

Apesar de vivermos uma política educacional que valoriza um pouco mais o papel do pedagogo, na prática ainda ocorre a ideia do pedagogo especialista, que burocratiza os processos pedagógicos, distanciando-se do ideal político-

transformador. Daí a necessidade de um pensar coletivo crítico, para que toda a comunidade escolar tenha claras as funções do mesmo.

Segundo FREIRE (1996, p. 43-44), o momento histórico fundamental na formação do educador é o da “reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. Sendo assim, é necessário que o pedagogo reflita sobre sua prática, no exercício da ação transformadora que se renova tanto na teoria quanto na prática, reconhecendo seus limites.

A reflexão é essencial para a humanização do educador. É partindo da interpretação de sua própria prática, que o pedagogo tornar-se um profissional reflexivo. É neste repensar que ocorrem condições transformadoras na organização do trabalho pedagógico, como se percebe pelas respostas do questionário desta pedagoga, quando indagada sobre as possibilidades de atuação do pedagogo na implementação do P.P.P.

Quem pode fazer acontecer essa práxis pedagógica, propiciando ao pedagogo o espaço para buscar na própria prática, construir sua teoria para embasar as ações que vão intervir no processo de ensino e aprendizagem, senão ele próprio, dizendo não para as ações que não fazem parte de sua função, assumindo o compromisso com as verdadeiras ações do pedagogo?  
(PEDAGOGA B)

O repensar das práticas é um exercício de reflexão sobre a própria ação e influencia no fazer pedagógico. No entanto, é necessária à conquista de melhores condições, para o desempenho das atribuições propostas pela mantenedora, assim como espaços de interação com o coletivo escolar, na busca de apoio para as discussões necessárias.

O que pode-se compreender sobre a auto percepção do pedagogo, quando questionado sobre as causas e entraves que dificultam a realização de um P.P.P. teórico-prático, é que este se coloca de forma fragilizada na comunidade escolar e nesta, desconhecido enquanto função específica de mediador na implementação do Projeto Político Pedagógico, sendo que é a partir deste, que todo o processo e desenvolvimento de ações da escola acontece.

Ao estabelecer esta compreensão da situação vivida pelos sujeitos da pesquisa quanto ao exercício de sua função, vincula-se esta discussão ao processo histórico que produziu inconstância na definição da real função do pedagogo e a

fragilidade na compressão do próprio pedagogo sobre sua função, conforme assinalamos no presente texto.

Os pedagogos que atuam nas escolas hoje, com algumas exceções, são pedagogos que procuram fazer o seu melhor. No entanto, o que se verifica é um quadro onde a prática se faz pela prática, sem “tempo” de reflexão, o que aos poucos, se naturaliza, levando o trabalho pedagógico ao declínio. Veiga (1997) adverte sobre a necessidade de considerar o contexto em que o sujeito está inserido, o qual traz significados implícitos de uma organização sistêmica de Estado, pois, de acordo com a autora:

[...] na análise do processo de formação profissional há que se considerar que ele ocorre num contexto de uma determinada forma de organização do trabalho pedagógico que, antes de ter uma origem em si mesma, preserva nexos muito fortes com a organização social mais ampla. (VEIGA, 1997, p.38)

Neste sentido, o pedagogo precisa ressignificar sua prática, de forma que o trabalho seja voltado à obtenção de melhores resultados para a educação. As discussões pedagógicas devem envolver o coletivo escolar, que busca suporte junto ao pedagogo para orientar suas ações, tendo como pressuposto o Projeto Político Pedagógico da escola. Para que isso ocorra são necessárias condições que possibilitem ao pedagogo delimitar o seu espaço de trabalho e seu campo de atuação, considerando a real necessidade do contexto educativo.

Algumas possibilidades transformadoras no trabalho do pedagogo na implementação do P.P.P. ocorre quando o mesmo direciona-se em coordenar às atividades do corpo docente e discente, via Projeto Político Pedagógico. Um exemplo desta atuação está na realização do plano de ação docente, onde o pedagogo deve sugerir encaminhamentos de conteúdos possíveis de serem realizados pelos professores em sala de aula, com o propósito de assegurar a apropriação pelos alunos dos conhecimentos sistematizados.

Cabe ao pedagogo articular experiências de ensino nos grupos de estudos, que podem ser organizados na hora-atividade dos professores. É importante compreender que quando o mesmo se reconhece na atividade coletiva, sua atuação tem significado para o grupo, passando a definir ações planejadas e, dessa forma, contribuindo para que se tenha uma visão do todo da escola.

Também ocorre a possibilidade de atuação do pedagogo no planejamento interativo, envolvendo a comunidade escolar. Nestas atividades o pedagogo possui a oportunidade de discutir a rotina da escola, visando refletir sobre os encaminhamentos necessários para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem.

As ações que podem ser implementadas são ilimitadas e, com certeza, precisam da ousadia dos pedagogos que sonham com uma escola que promova o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade, subsidiando estudos que estimulem novas formas de compreender o trabalho do mesmo no contexto escolar.

#### **4. Considerações finais**

Durante a realização do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, as atividades e as vivências foram importantes, pois possibilitaram indagações, contribuindo para a transformação da realidade.

O aprofundamento teórico possibilitou a compreensão de algumas questões do cotidiano escolar e de políticas públicas do sistema de ensino, revelando os limites e possibilidade de atuação do pedagogo na implementação do Projeto Político Pedagógico. A reflexão sobre o trabalho desenvolvido pelo pedagogo na implementação do mesmo permitiu compreender inquietações e sistematizar indagações, que se apresentam na prática pedagógica da escola.

Observando o questionário respondido pelos pedagogos, muitas das ações que cabem aos mesmos, têm ficado em segundo plano. Assim, cabe ao pedagogo articular os segmentos da escola, visando refletir sobre as situações do cotidiano e os encaminhamentos necessários para a organização do trabalho pedagógico, numa visão transformadora.

Neste sentido, para que o pedagogo possa desenvolver seu trabalho é necessário vincular à resolução de problemas reais a construção de novas ações, acompanhadas de atividades reflexivas, buscando a unidade entre a teoria e a prática. Portanto é dentro da categoria da totalidade, que se deve pensar a atuação do pedagogo, para que o mesmo responda às reais necessidades da escola, visando contribuir para a implementação do Projeto Político Pedagógico.

## Referências

- ANDRÉ, M. E. D. A. & VIEIRA, M. M. S. O coordenador pedagógico e a questão dos saberes. In ALMEIDA, L. R. & PLACCO, V. M. N. S. (Orgs.). **O coordenador pedagógico e questões da contemporaneidade**. 2ª Ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- FRANCO, Maria Amélia R. S. **A Pedagogia Como Ciência da Educação: entre práxis e epistemologia**. 2001. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 7ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, M. **Pedagogia da Práxis**. 4ª ed. – São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.
- GARRIDO, E. Espaço de formação continuada para o professor – coordenador. In: BRUNO, E. B. G.; ALMEIDA, L. R. de; CHRISTOV, L. H.S. (Orgs.). **O coordenador pedagógico e a formação docente**. 8ª Ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia, Ciência da Educação?** São Paulo; Cortez, 1996.
- LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S.G. **Formação dos profissionais da educação – visão crítica e perspectivas de mudança**. In: Revista Educação e Sociedade, Campinas: Cedes nº. 68, 1999.
- MARTINS, S. M. **O pedagogo e a organização de grêmios estudantis atuante política e pedagogicamente**. Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel>. Acesso em: 20/11/2013.
- RANGEL, Mary. Considerações sobre o papel do supervisor como especialista em educação na América Latina. In: RANGEL, Mary. JUNIOR, Silva Celestino. **Nove olhares sobre a supervisão**. São Paulo, 1997.
- SAVIANI, Dermeval. **Sentido da Pedagogia e Papel do Pedagogo**. In: Revista da ANDE, São Paulo, n.9, 1985.
- SILVA, M. R. S; LEITE, S. R. M. **Trabalho e Educação**: implicações do mundo de trabalho na formação de pedagogos - aproximações. 2010. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7->. Acesso em: 19/02/2014.
- VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: projeto de ensino aprendizagem e projeto político-pedagógico**. 9ª ed. São Paulo: Libertad, 2000.
- VEIGA, I. P. A.; et alli. **Licenciatura em Pedagogia - realidades, incertezas, utopias**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1997.

## QUESTIONÁRIO / PESQUISA DE CAMPO

Organizei uma pesquisa de campo com questões, tendo como sujeitos as pedagogas das Escolas Estaduais do município de Santa Izabel do Oeste, na qual indaguei sobre os "Limites e Possibilidades da Atuação do Pedagogo na Implementação do Projeto Político Pedagógico".

01) Qual a sua principal atribuição na unidade escolar?

- ( ) Acompanhamento do planejamento do professor.
- ( ) Investir na formação continuada do professor.
- ( ) Promover reunião com pais e comunidade.
- ( ) Coordenar e acompanhar a execução do Projeto Político Pedagógico.
- ( ) Trabalhar a ( in ) disciplina dos alunos no ambiente escolar.

02) O acompanhamento da implementação do P.P.P. da escola é importante para você? Justifique.

03) Em sua opinião quais as causas e entraves que dificultam a realização de um P.P.P. teórico-prático?

04) Quais as possibilidades de atuação do pedagogo na implementação do P.P.P.?